CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SANTA CATARINA - CAU/SC

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SANTA CATARINA - CAU/SC

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Balanços financeiros

Balanços orçamentários

Demonstrações das variações patrimoniais

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 61 3322 5190
Fax: + 55 61 3322 5270
www.bdobrazil.com.br

Setor de Autarquia Sul SAUS
Quadra 4, Lote 09/10 Bloco A
Brasília, DF - Brasil 70070-938

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU/SC
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU/SC ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU/SC em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades do Setor Público (NBCASP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. A referida norma deverá nortear toda a contabilidade pública no Brasil, em convergência as internacionalmente aceitas, incluindo os principais conceitos que orientam a seleção das bases de mensuração de ativos e passivos das Entidades do Setor Público. Os efeitos decorrentes dessa normatização devem ser aplicados às demonstrações contábeis a partir de 1º de janeiro de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditados por nós, o qual emitimos relatório de auditoria, em 29 de abril de 2016, com modificação na opinião em relação aos seguintes assuntos: i) fundamentação quanto à vida útil dos bens do ativo imobilizado; e ii) valores comparativos correspondentes a variações patrimoniais diminutivas. Entretanto, conforme mencionado na seção "Ênfase", o CFC publicou a NBC TSP - Estrutura Conceitual e os efeitos devem ser aplicados pela administração do CAU/SC a partir de 1º de janeiro de 2017.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades do Setor Público (NBCASP), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 31 de março de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 000202/F-1

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - SC

CAU - SC

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina

CNPJ: 14.895.272/0001-01

Balanço Patrimonial

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Período Anterior: 01/01/2015 à 31/12/2015

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**Especificação**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO CIRCULANTE	**8.212.958,05**	**6.807.412,26**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**689.800,67**	**526.402,98**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.549.204,97	6.001.611,83	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	180.422,55	180.194,95
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.604.021,78	770.637,21	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	59.731,30	35.163,22	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	118.105,50	27.557,93
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	310.875,18	250.259,76
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**412.995,99**	**469.674,74**	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	80.397,44	68.390,34
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	**0,00**	**0,00**
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	409.329,29	466.008,07	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	563.001,58	555.729,38	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	153.672,29C	89.721,31C	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	3.666,70	3.666,67	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
SOFTWARES	7.000,00	4.000,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	3.333,30C	333,33C		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	689.800,67	526.402,98

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	7.936.153,37	6.750.684,02
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.936.153,37	6.750.684,02
TOTAL	**8.625.954,04**	**7.277.087,00**	**TOTAL**	**8.625.954,04**	**7.277.087,00**
ATIVO FINANCEIRO	6.549.204,97	6.007.032,41	PASSIVO FINANCEIRO	715.188,89	808.597,03
ATIVO PERMANENTE	2.076.749,07	1.270.054,59	PASSIVO PERMANENTE	310.875,18	248.458,53
SALDO PATRIMONIAL				**7.599.889,97**	**6.220.031,44**

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	**Atual**	**Anterior**	**Saldo do Atos Potenciais Passivos**	**Atual**	**Anterior**
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**	**0,00**

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	5.834.016,08	5.198.435,38

CAU - SC

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina

CNPJ: 14.895.272/0001-01

Período: 01/12/2016 a 31/12/2016

Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	419.952,87	392.943,86	Despesa Orçamentária	1.319.107,40	614.103,83
RECEITA REALIZADA	419.952,87	392.943,86	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	331.263,40	526.990,42
RECEITA CORRENTE	419.952,87	392.943,86	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	298.530,11	614.103,83
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	45.136,54	47.976,32	CREDITO EMPENHADO – PAGO	689.313,89	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	45.136,54	47.976,32	DESPESA CORRENTE	689.313,89	
ANUIDADES	45.136,54	47.976,32	PESSOAL	460.822,56	
RECEITA DE SERVIÇOS	297.534,71	255.304,02	MATERIAL DE CONSUMO	11.370,80	
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇOES			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	28.405,74	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	936,18	557,40	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	143.484,27	
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	296.598,53	254.746,62	ENCARGOS DIVERSOS	10.428,58	
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS			DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
FINANCEIRAS	76.975,96	89.406,07	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.801,94	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	76.975,96	89.406,07	DESPESA DE CAPITAL		
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	5.251,20	8.547,58	INVESTIMENTOS		
MULTAS SOBRE ANUIDADES	7.907,14	16.659,15			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	63.817,62	64.199,34			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,03				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	305,63	257,45			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
MULTAS DE INFRAÇÕES					
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	305,63	257,45			
			CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO		614.103,83
			DESPESA CORRENTE		613.713,83
			PESSOAL		413.706,42
			MATERIAL DE CONSUMO		6.382,34
			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		41.206,60
			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		90.164,69
			ENCARGOS DIVERSOS		9.711,41
			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		52.542,37
			DESPESA DE CAPITAL		390,00
			INVESTIMENTOS		390,00
			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	887.608,81	945.524,12	Pagamentos Extraorçamentários	171.533,64	927.582,06
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	329.282,84		Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	300.510,67		Pagamentos de Restos a Pagar Processados		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	79.534,08		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	54.802,12	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	178.281,22		Outros Pagamentos Extraorçamentários	116.731,52	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	6.732.284,33	6.204.829,74	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	6.549.204,97	6.001.611,83
Caixa e Equivalente de Caixa	6.732.284,33		Caixa e Equivalente de Caixa	6.549.204,97	
Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados			Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados		

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Total:	**8.039.846,01**	**7.543.297,72**		**8.039.846,01**	**7.543.297,72**

Florianópolis-SC, 31 de dezembro de 2016

Luiz Alberto de Souza
Presidente

312.020.559-15

Leonardo Henrique Dantas
Diretor Financeiro

014.726.379-41

Marcello Alexandre Seemann
Contador
SC - 16825/O1
660.550.329-53

CAU - SC

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina

CNPJ: 14.895.272/0001-01

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	7.006.633,00	6.738.059,06	6.584.329,01	-153.730,05
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	2.389.679,00	2.356.068,00	2.303.836,91	-52.231,09
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.389.679,00	2.356.068,00	2.303.836,91	-52.231,09
ANUIDADES	2.389.679,00	2.356.068,00	2.303.836,91	-52.231,09
RECEITA DE SERVIÇOS	3.742.693,00	3.645.432,00	3.360.107,73	-285.324,27
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	0,00	12.000,00	12.000,00	0,00
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	16.000,00	11.000,00	12.431,21	1.431,21
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	3.726.193,00	3.621.932,00	3.335.542,79	-286.389,21
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	500,00	500,00	133,73	-366,27
FINANCEIRAS	864.261,00	733.559,06	919.226,41	185.667,35
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	864.261,00	733.559,06	919.226,41	185.667,35
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	0,00	0,00	50.839,13	50.839,13
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	37.000,00	0,00	1.542,86	1.542,86
MULTAS SOBRE ANUIDADES	107.261,00	33.559,06	72.548,56	38.989,50
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	720.000,00	700.000,00	794.295,86	94.295,86
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,03	0,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	3.000,00	1.157,93	-1.842,07
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	3.000,00	1.157,93	-1.842,07
RECEITA DE CAPITAL	5.889.004,26	5.210.404,58	0,00	-5.210.404,58

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.889.004,26	5.210.404,58	0,00	-5.210.404,58
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	5.889.004,26	5.210.404,58	0,00	-5.210.404,58
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	**12.895.637,26**	**11.948.463,64**	**6.584.329,01**	**-5.364.134,63**
DÉFICIT	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**12.895.637,26**	**11.948.463,64**	**6.584.329,01**	**-5.364.134,63**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	6.896.242,96	6.736.480,08	5.969.429,31	5.651.165,91	5.355.635,80	767.050,77
PESSOAL	3.502.666,97	3.594.771,01	3.382.407,45	3.380.441,18	3.170.551,80	212.363,56
PESSOAL E ENCARGOS	3.425.166,97	3.466.162,34	3.301.900,21	3.299.933,94	3.090.044,56	164.262,13
DIÁRIAS	77.500,00	128.608,67	80.507,24	80.507,24	80.507,24	48.101,43
MATERIAL DE CONSUMO	52.250,00	86.371,45	58.621,98	57.421,98	56.581,98	27.749,47
MATERIAL DE CONSUMO	52.250,00	86.371,45	58.621,98	57.421,98	56.581,98	27.749,47
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	435.034,00	475.603,75	363.432,97	361.239,45	353.689,49	112.170,78
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	76.520,00	57.846,18	54.960,28	52.766,76	48.584,61	2.885,90
DIÁRIAS	358.514,00	417.757,57	308.472,69	308.472,69	305.104,88	109.284,88
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.039.783,99	2.000.687,51	1.741.762,49	1.436.358,88	1.366.947,65	258.925,02
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	727.711,07	554.020,76	514.111,60	315.619,22	271.918,21	39.909,16
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	0,00	5.537,45	5.537,45	5.537,45	4.056,81	0,00
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS	426.523,00	474.334,04	474.334,00	435.334,00	435.334,00	0,04
SERVIÇOS PRESTADOS	758.784,00	854.940,20	650.865,41	599.203,13	576.372,31	204.074,79
PASSAGENS	126.765,92	111.855,06	96.914,03	80.665,08	79.266,32	14.941,03
ENCARGOS DIVERSOS	198.900,00	166.090,55	140.281,41	140.281,41	139.941,87	25.809,14
ENCARGOS DIVERSOS	198.900,00	166.090,55	140.281,41	140.281,41	139.941,87	25.809,14
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	16.258,80	16.258,80	16.258,80	16.258,80	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	667.608,00	396.697,01	266.664,21	259.164,21	251.664,21	130.032,80
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	209.108,00	209.108,08	209.108,00	209.108,00	209.108,00	0,08
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	458.500,00	187.588,93	57.556,21	50.056,21	42.556,21	130.032,72
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	5.889.004,26	5.210.404,58	23.272,20	10.272,20	7.272,20	5.187.132,38
INVESTIMENTOS	5.889.004,26	5.210.404,58	23.272,20	10.272,20	7.272,20	5.187.132,38
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	0,00	95.402,00	0,00	0,00	0,00	95.402,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	182.000,00	186.597,58	7.272,20	7.272,20	7.272,20	179.325,38
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	5.707.004,26	4.814.725,00	0,00	0,00	0,00	4.814.725,00
INTANGÍVEL	0,00	113.680,00	16.000,00	3.000,00	0,00	97.680,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	110.390,04	1.578,98	0,00	0,00	0,00	1.578,98
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	**12.895.637,26**	**11.948.463,64**	**5.992.701,51**	**5.661.438,11**	**5.362.908,00**	**5.955.762,13**
SUPERÁVIT	**0,00**	**0,00**	**591.627,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**12.895.637,26**	**11.948.463,64**	**6.584.329,01**	**5.661.438,11**	**5.362.908,00**	**5.364.134,63**

CAU - SC

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina

CNPJ: 14.895.272/0001-01

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	7.396.831,59	5.913.523,37	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	6.232.585,89	5.213.937,40
CONTRIBUIÇÕES	3.115.448,34	1.982.236,24	PESSOAL E ENCARGOS	3.384.526,39	3.008.220,43
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.115.448,34	1.982.236,24	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	3.091.635,47	2.811.214,09
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.115.448,34	1.982.236,24	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	3.091.635,47	2.811.214,09
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	3.360.107,73	3.060.881,01	BENEFÍCIOS A PESSOAL	292.890,92	197.006,34
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.360.107,73	3.060.881,01	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	292.890,92	197.006,34
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.360.107,73	3.060.881,01	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	2.500.814,21	1.883.129,28
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	919.226,41	858.054,49	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	58.142,28	34.000,32
JUROS E ENCARGOS DE MORA	1.542,86	0,00	CONSUMO DE MATERIAL	58.142,28	34.000,32
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	1.542,86	0,00	SERVIÇOS	2.375.720,98	1.793.768,09
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	50.839,13	33.646,32	DIARIAS	394.151,21	338.548,75
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	50.839,13	33.646,32	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	136.471,65	157.096,51
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	866.844,42	824.408,17	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	1.845.098,12	1.298.122,83
MULTAS SOBRE ANUIDADES	866.844,42	824.408,17	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	66.950,95	55.360,87
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	0,03	0,00	DEPRECIACAO	66.950,95	55.360,87
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FISICAS	0,03	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	347.245,29	301.439,33
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FISICAS	0,03	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	347.245,29	301.439,33
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.049,08	12.351,63	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	347.245,29	301.439,33
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	2.073,93	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	1.489,13
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	2.073,93	PERDAS INVOLUNTARIAS	0,00	1.489,13
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.049,08	10.277,70	PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	0,00	1.489,13
INDENIZAÇÕES	1.157,93	9.908,10	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	19.659,23
REVERSÃO DE PROVISÕES	223,78	0,00	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	19.659,23
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	667,37	369,60	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	19.659,23
Total das Variações Ativas :	**7.396.831,59**	**5.913.523,37**	**Total das Variações Passivas :**	**6.232.585,89**	**5.213.937,40**

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	1.164.245,70	699.585,97
Total	7.396.831,59	5.913.523,37	Total	7.396.831,59	5.913.523,37

CAU - SC

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina

CNPJ: 14.895.272/0001-01

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	6.584.329,01	5.909.493,58
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	2.303.836,91	1.980.649,98
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.303.836,91	1.980.649,98
ANUIDADES	2.303.836,91	1.980.649,98
RECEITA DE SERVIÇOS	3.360.107,73	3.060.881,01
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇOES	12.000,00	0,00
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	12.431,21	12.346,29
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	3.335.542,79	3.048.052,64
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	133,73	482,08
FINANCEIRAS	917.683,55	858.054,49
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	917.683,55	858.054,49
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	50.839,13	33.555,52
MULTAS SOBRE ANUIDADES	72.548,56	95.545,64
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	794.295,86	728.953,33
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,03	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.700,79	9.908,10
MULTAS DE INFRAÇÕES	1.542,86	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.157,93	9.908,10
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	6.463.961,93
OUTROS INGRESSOS	1.331.543,10	0,00
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO		
DESPESA CORRENTE	5.355.635,80	0,00
PESSOAL	3.170.551,80	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	56.581,98	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	353.689,49	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.366.947,65	0,00
ENCARGOS DIVERSOS	139.941,87	0,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.258,80	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	251.664,21	0,00
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	6.978.344,23
DESPESA CORRENTE	0,00	4.946.348,68
PESSOAL	0,00	3.002.991,29
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	34.000,32
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	339.340,05
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	1.094.919,63
ENCARGOS DIVERSOS	0,00	182.345,91
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	292.751,48
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	173.434,08
OUTROS DESEMBOLSOS	2.005.370,97	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	554.865,34	275.328,52

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
Crédito Empenhado Pago		
INVESTIMENTOS	7.272,20	0,00
Crédito Empenhado Liquidado		
INVESTIMENTOS	0,00	150.751,45
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-7.272,20	-150.751,45
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	547.593,14	124.577,07
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	6.001.611,83	5.889.004,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	6.549.204,97	6.001.611,83

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OBS: O relatório será incluído oportunamente, entretanto os modelos podem ser consultados por meio da NBCTA 700 do Conselho Federal de Contabilidade

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU SC, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Estadual, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 033/2012.

O Conselho está localizado cidade de Florianópolis (SC), na Av. Prefeito Osmar Cunha, nº 260 - Ed. Royal Business Center, 6º andar, Centro, sob a jurisdição do Estado de Santa Catarina.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 07 de março de 2017.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 9*), e a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (*Nota 6*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Contas a receber de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU SC, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizado de cada caso.

3.3 Estoques

Caso a Entidade venha a manter controle dos estoques, estes serão registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos
Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos	10
Instalações	10
Utensílios de Cozinha	5
Equipamentos de Processamento de dados	5
Biblioteca	10
Software - Licença Anual	1
Software - Intranet	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente,

mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 5. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Instituição Financeira	Modalidade	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Banco do Brasil c/ Movimento	Cta Corrente	7.891,71	0,00
Banco do Brasil c/ Arrecadação	Cta Corrente	8.827,60	0,00
Banco do Brasil – Fundos de Investimento 5810-6	Aplicação		1.434.044,19
Banco do Brasil – Fundos de Investimento 105810-X	Aplicação	1.660.026,79	0,00
Banco do Brasil – Fundos de Investimento 6810-1	Aplicação	0,00	4.297.567,64
Banco do Brasil – Fundos de Investimento 106810-X	Aplicação	4.209.853,67	0,00
Banco do Brasil – Ourocap	Tit. Capitalização	662.605,20	270.000,00
Total		**6.549.204,97**	**6.001.611,83**

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

Os valores a receber classificados no grupo Créditos a Curto Prazo estão segregados por anuidades do ano corrente Pessoa Física e Pessoa Jurídica, e exercícios anteriores Pessoa Física e Pessoa Jurídica.

Em atendimento a Resolução CFC nº 1.111/07, foram reconhecidos nos encerramentos de 2014 e 2015, as perdas estimadas, considerando saldos contábeis.

Uma vez levantado a divergência entre valores contábeis e relatório SICCAU (Sistema de Informação e Comunicação do CAU), foram necessários ajustes contábeis. E, em decorrência da impossibilidade de informações retroativas pelo referido sistema, foi cancelada a Provisão de Perdas Duvidosas, através do estorno dos lançamentos feitos anteriormente, até que a Resolução CFC nº 1.111/07 possa ser aplicada.

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoa Física - Exercício Corrente	R$ 497.729,06	R$ 98.963,52
Pessoa Jurídica - Exercício Corrente	R$ 238.632,52	R$ 43.940,30
Pessoa Física - Exercícios Anteriores	R$ 621.071,62	R$ 478.112,72
Pessoa Jurídica - Exercícios Anteriores	R$ 246.588,58	R$ 171.393,81

7. Estoques

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina não faz controle de estoques de seus almoxarifados sendo as compras restritas e de acordo com a necessidade.

8. Impostos a recuperar

No exercício de 2015 contrariando a IN 1.234, artigo 4º, parágrafo VII, foi retido equivocadamente IR sobre rendimento financeiro. O valor de R$ 11.539,65 foi formalizado pedido de Restituição na Secretaria da Receita Federal em 01/07/2016, Processo n.º 11516.722596/2016-84, e pode ser acompanhado através do portal Comprot do Ministério da Fazenda.

Data – Conta - Imposto	Valor
30/04/2015 (Conta 5810) - IRRF	R$ 14,80
30/04/2015 (Conta 6810) - IRRF	R$ 0,05
30/04/2015 (Conta 6810) - IOF	R$ 5,72
31/05/2015 (Conta 5810) - IRRF	R$ 4.062,56
31/05/2015 (Conta 6810) - IRRF	R$ 10.130,30
10/07/2015 (Devolução Parcial Conta 5810)	(-) R$ 3.676,11
30/06/2015 (Conta 5810) - IRRF	R$ 525,05
30/06/2015 (Conta 6810) - IRRF	R$ 24,05
31/07/2015 (Conta 5810) - IRRF	R$ 453,23

9. Imobilizado

	Custo em 31/12/2016	Depreciação Acumulada em 31/12/2016	Líquido 2016	Líquido 2015
Móveis e Utensílios	R$ 290.331,95	R$ 52.094,44	R$ 238.237,51	R$ 263.437,86
Máquinas e Equipamentos	R$ 104.008,00	R$ 19.734,87	R$ 84.273,13	R$ 88.361,00
Instalações	R$ 9.394,90	R$ 2.304,54	R$ 7.090,36	R$ 7.935,76
Utensílios de Cozinha	R$ 742,43	R$ 287,92	R$ 454,51	R$ 521,35
Equipamentos de Processamento de Dados	R$ 157.204,80	R$ 79.020,45	R$ 78.184,35	R$ 104.829,95
Biblioteca	R$ 1.319,50	R$ 230,07	R$ 1.089,43	R$ 922,15

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Imobilizado	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Móveis e Utensílios	R$ 289.432,15	R$ 899,80	0,00	R$ 290.331,95
Máquinas e Equipamentos	R$ 98.811,00	R$ 5.197,00	0,00	R$ 104.008,00
Instalações	R$ 9.394,90	0,00	0,00	R$ 9.394,90
Utensílios Copa e Cozinha	R$ 742,43	0,00	0,00	R$ 742,43
Equip. Processamento de Dados	R$ 156.305,70	R$ 899,10	0,00	R$ 157.204,80
Biblioteca	R$ 1.043,20	R$ 276,30	0,00	R$ 1.319,50
Total Imobilizado				**R$ 563.001,58**
Depreciação				**(R$ 153.672,29)**
Valor Líquido Imobilizado				**R$ 409.329,29**

10. Intangível

Intangível	Saldo em 31/12/2015	Aquisições	Saldo em 31/12/2016
Software	4.000,00	3.000,00	7.000,00
Total Intangível			7.000,00
Amortização			3.333,33
Valor Líquido Intangível			**3.666,67**

11. Fornecedores a pagar

Os fornecedores a pagar em 31/12/2016 foram classificados como Restos a Pagar pelo valor de despesas liquidadas e não pagas. Sendo apresentado detalhamento em relatório anexo "Composição de Fornecedores"

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores de Materiais e Serviços	R$ 118.105,50	R$ 27.557,93

A entidade utiliza prazo médio de 40 dias para liquidações de seus fornecedores, devendo então ser considerado como *aging list* o saldo contábil a ser pago neste prazo.

12. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	31/12/2016	31/12/2015
Salários e Encargos Sociais	R$ 197.154,64	R$ 196.614,25
Provisão Férias	R$ 308.925,22	R$ 248.458,53
Tributos a Recolher	R$ 61.395,35	R$ 51.971,04

13. Provisão para riscos processuais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina não constitui provisões por estimativa para riscos processuais.

Contudo, no decorrer de 2016 incorreram 3 depósitos recursais trabalhistas, registrados pelo valor pago do tributo, conforme detalhamento:

- Depósito Recursal Márcio Bittencourt - INSS R$ 8.000,00 - Processo nº 0000524-09.2015.5.12.0035
- Depósito Recursal Valdemir Celso dos Santos - INSS R$ 4.000,00 - Processo nº 0001152-66.2016.5.12.001
- Depósito Recursal Stephanie Espindola Lobato - FGTS R$ 8.959,63 - Processo nº 0000139-55.2015.5.12.0037

14. Partes relacionadas

No exercício de 2016 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria. Houveram rescisões de contrato de trabalho, que serão apresentadas em relatório anexo.

15. Patrimônio Líquido

Foram ajustados ao Patrimônio Líquido do exercício de 2016:

02/01/2016	Ajuste de Provisão de INSS de Serviços Autônomo contratado nas Folhas 12/2014 e 01/2015	(R$ 549,49)
02/01/2016	Transferência de Saldo de Ajuste de Exercício Anterior 2015	(R$ 617.498,59)
31/12/2016	Ajuste na Provisão para Perdas de Créditos	R$ 21.773,14

Ajustados ao Patrimônio Líquido em 2015:

01/05/2015	Ajuste nas Provisões da Folha de Pagamento	(R$ 39.412,98)
01/10/2015	Ajuste no cálculo de Perdas 2014	R$ 656.911,57

16. Despesas por natureza

As Variações Patrimoniais Diminutivas foram incorridas da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015
Depreciação e Amortização	R$ 66.950,95	R$ 55.360,87
Despesas com Pessoal e Encargos	R$ 3.588.796,92	R$ 3.234.917,20
Despesas com Contratação de Terceiros	R$ 2.434.963,84	R$ 1.828.210,41
Transferências Intragovernamentais	R$ 347.245,29	R$ 301.999,33
Desvalorização e Perdas de Ativos	0,00	R$ 21.148,36
Total	**R$ 6.437.957,00**	**R$ 5.441.636,17**

17. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	**2016**	**2015**
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	R$ 7.396.831,59	R$ 5.913.523,37
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	R$ 6.232.585,59	R$ 5.213.937,40
(=) Superávit Patrimonial Apurado	R$ 1.164.246,00	R$ 699.585,97

Resultado Orçamentário	**2016**	**2015**
Receita Orçamentária Arrecadada	R$ 6.584.329,01	R$ 5.909.493,58
(-) Despesas Liquidadas	R$ 5.661.438,11	R$ 5.097.100,13
(=) Superávit Orçamentário Apurado	R$ 922.890,90	R$ 812.393,45

Resultado Financeiro	**2016**	**2015**
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	R$ 6.549.204,97	R$ 6.001.611,83
(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	R$ 6.001.611,83	R$ 5.889.004,26
(=) Superávit Financeiro Apurado	R$ 547.593,14	R$ 112.607,57

18. Seguros

A Entidade não adota uma política de seguros.

19. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

20. Eventos subsequentes

Se houver eventos subsequentes de 1° de Janeiro até data de emissão do relatório de auditoria e, que seja necessário a sua divulgação, conforme CPC 24/IAS 10, deverá ser divulgada a informação, para fins de apresentação.

* * *